

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### CONSTRUÇÃO DE 40 UNIDADES DE CASA POPULARES, NO MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA/BA

#### 1. INTRODUÇÃO:

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

A Lei 14.133/2021 em seu art. 6º, inciso XXV, determina que o Projeto Básico, conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

O presente Estudo Técnico é feito no sentido de estabelecer as diretrizes gerais para a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia para executar **construção de 40 (quarenta) unidades de casas populares, no município de Cardeal de Silva/BA.**

O objetivo principal deste estudo é, portanto, tornar a licitação do objeto demandado pelo Órgão executável nos moldes da legislação em vigor e atender a necessidade de realização de licitações sustentáveis, como forma de implementação de contratos administrativos com obrigações que atendam e respeitem o desenvolvimento sustentável de matéria ambiental, econômico, social e cultura, assim como estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios

que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

## 2. OBJETO:

**Contratação de empresa de engenharia para Construção de 40 (quarenta) unidades de casas populares, no município de Cardeal da Silva/Ba. Incluindo serviços de infraestrutura conforme especificações técnicas detalhadas nos projetos, no memorial descritivo, na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro, com fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e responsabilidade técnica necessários para a completa execução da obra.**

## 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A presente contratação tem por objetivo a construção de 40 (quarenta) unidades habitacionais, visando atender à demanda habitacional existente no município, especialmente de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Atualmente, verifica-se um déficit habitacional significativo, caracterizado por moradias precárias, coabitação familiar forçada e ocupações em áreas inadequadas ou de risco. Tal cenário compromete diretamente a qualidade de vida da população, além de impactar negativamente nas condições de saúde, segurança e dignidade das famílias.

A execução deste empreendimento busca garantir o direito constitucional à moradia digna, promovendo inclusão social, redução das desigualdades e melhoria das condições habitacionais. Ademais, a construção das unidades contribuirá para o ordenamento urbano, evitando ocupações irregulares e possibilitando o desenvolvimento planejado da área.

A contratação também se justifica pela necessidade de atendimento a programas habitacionais, podendo estar vinculada a iniciativas governamentais, como programas de habitação de interesse social, que visam reduzir o déficit habitacional no país.

Dessa forma, a execução das 40 unidades habitacionais apresenta-se como medida essencial e urgente, proporcionando benefícios diretos à população e contribuindo para o desenvolvimento social e urbano do município.

**PÚBLICO ALVO:** famílias municipais, em situação de vulnerabilidade social e econômica.

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:** Visa solucionar a falta de moradia digna no município, reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social, atendendo ao interesse público e à função social da habitação.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta é a contratação de empresa de engenharia que se destina a **Construção de 40 (quarenta) unidades de casas populares, no município de Cardeal da Silva/BA**, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico e executivo. A solução escolhida envolve a execução integrada da obra como um todo. A empresa contratada será responsável

por todas as etapas do processo, desde a identificação e preparação das áreas de construção, além da limpeza e entrega. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto executivo.

A Contratação de empresa de engenharia para **Construção de 40 unidades de casas populares, no município de Cardeal da Silva/BA**, com fornecimento de materiais, mão de obra e todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para perfeita execução dos serviços, atendendo o estabelecido em memorial descritivo em anexo, plantas e projetos, é a solução para que a administração alcance os resultados e objetivos pretendidos, trazer maior qualidade a população, bem-estar, segurança.

#### **4. JUSTIFICATIVA NÃO PARCELAMENTO:**

4.1. A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que

os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista

do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

4.2. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Para execução de obras de pavimentação não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

4.3. Considerando também que a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.4. A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos serviços a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser

interrompidos por eventuais desarmonias entre os prestadores, prejudicando o cronograma da Administração.

4.5. Assim, embora exista a possibilidade de separação dos serviços, há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e consequentemente a eficácia dos resultados pretendidos.

Além disso, com a

contratação de um único fornecedor é possível realizar o dimensionamento adequado do material necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na aplicação dos materiais.

4.6. Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, tempestividade e garantias dos serviços. Portanto, o parcelamento incorreria em aumento de custo administrativo. Desse modo, a licitação deverá ser composta por um único grupo para a prestação de serviço.

4.7. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, e o mesmo está em fase de elaboração para o exercício de 2026.

## **6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:**

6.1. Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

6.2. A fim do atendimento do objeto da contratação, é necessário o cumprimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

6.3. É exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação de qualificação técnica (art. 67); habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) e habilitação de qualificação econômica financeira (art. 69), todos da legislação (Lei Federal 14.133/2021).

6.4. Os serviços deverão ser prestados por fornecedor especializado no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico.

6.5. Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico e Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução





PREFEITURA DE

**CARDEAL  
DA SILVA****6.6 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

Os serviços prestados pelo fornecedor contratado deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como

a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

**3.3 REQUISITOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências; e
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

g) A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Comprovação de capacidade técnica operacional e profissional;
- Registro no CREA ou CAU;
- Indicação de responsável técnico habilitado;
- Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
- Cumprimento das normas técnicas da ABNT e legislação vigente;
- Atendimento às normas de segurança do trabalho

6.7. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**6.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

6.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



pref.cardealdasilva

gabinete@cardealdasilva.ba.gov.br  
www.cardealdasilva.ba.gov.brPraça Divina Pastora, nº 300, Centro  
CEP 48390-00

- 6.8.2. No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 6.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 6.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 6.8.6. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- 6.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 6.8.8. No caso de Consórcio: Estatuto, Ata de Assembleia, Termo de posse e documento com foto do presidente;

6.9. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 6.9.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 6.9.2. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- 6.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.9.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 6.9.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.9.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.9.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.10. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

6.10.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida no últimos 30 (trinta) dias;

6.10.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.10.3. Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.10.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

6.10.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

6.10.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

6.10.8. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços.

#### 6.11. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

6.11.1. Certidão de Registro e Quitação da **EMPRESA LICITANTE E DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS QUE ATUARÃO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** para



com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou outro órgão equivalente;

**6.11.2. QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:** apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do contratado, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características do objeto presente, com registro reconhecidos pelo CREA e/ou CAU ou órgão competente;

**6.11.3. QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:** apresentação de comprovação de que a licitante possui em seu quadro funcional, na data de apresentação da proposta, **profissionais listados abaixo** de nível superior, ou outros, reconhecidos pelo CREA e/ou CAU ou órgão competente, detentores de atestados e/ou registros de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA e/ou CAU ou órgão competente, acompanhados das respectiva Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprovem ter os profissionais executado os serviços descritos.

- a) Será aceita a indicação do licitante possuir em seu quadro de profissionais, reconhecidos pelo CREA/CAU ou órgão competente, como responsáveis técnicos para execução de obra:
  - **1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto; e**
  - **1 (um) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho.**
- b) Apresentação da Certidão de Registro e Quitação perante o CREA e/ou CAU ou órgão competente dos responsáveis técnicos listados no item a);
- c) A comprovação de que os profissionais indicados para atendimento ao disposto na alínea “a” pertencem ao quadro da empresa poderá ser feita através de cópia autenticada da respectiva Carteira de Trabalho (CTPS), ou contrato de prestação de serviços, devidamente reconhecido firma de ambas as partes, ou contrato social no caso de sócios responsável técnico, ou pela certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.
- d) Somente, será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de comprovada experiência equivalente ou superior, e desde que previamente aprovado pela Administração.

## **6.12. DA VISTORIA:**

**6.12.1.** A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:





- a) A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil;
- b) O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- c) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;
- d) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato;
- e) Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação;

6.12.2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 6.13. **DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:**

6.13.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

6.13.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

6.13.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

6.13.4. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.13.5. Proposta de preços, acompanhada de Planilha orçamentária, composição de preços unitários, cronograma físico financeiro, composição de BDI, composição de encargos sociais e garantia proposta, de acordo com as exigências da Lei 14.133/2021.

#### 7. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

8.1 Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido, após terem sido levantamentos os serviços detalhados e as quantidades dos mesmos, através da elaboração dos projetos técnicos, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de

serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação

8.2 Para definição do orçamento foi feito levantamento técnico:

8.2.1 Documentação do Setor de Engenharia – anexos (planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial de cálculos).

## **9 VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

9.2.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.133.122,24** (seis milhões, cento e trinta e três mil, cento e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) conforme anexos - Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, para um período de 12 (**meses**) meses de execução da obra.

9.2.2 A estimativa dos preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Também poderá ser utilizado a base de dados NOVO SICRO – Sistema de Custos Rodoviários (DNIT) para compor precificação do objeto. Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública. Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico, Projeto Executivo.

## **10 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

10.1 Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

### **LEVANTAMENTO DE MERCADO**



O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia voltados à **Construção de 40 unidades habitacionais**, foi realizado com base em análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, consulta a sistemas oficiais de preços e avaliação das práticas usuais do setor da construção civil.

### **Soluções existentes no mercado**

Verificou-se que o mercado oferece, de forma consolidada, as seguintes alternativas para execução de obras dessa natureza:

#### **a) Execução indireta por empreitada global**

Consiste na contratação de empresa de engenharia responsável por toda a execução da obra, incluindo:

- Fornecimento de materiais;
- Disponibilização de mão de obra;
- Uso de equipamentos;
- Responsabilidade técnica (ART);
- Entrega da obra pronta e em pleno funcionamento.

#### **Situação no mercado:**

É a forma mais comum adotada pela Administração Pública para obras de pequeno e médio porte, especialmente em municípios, dada a sua praticidade e eficiência na gestão contratual.

#### **b) Execução por administração direta**

A obra é executada pelo próprio Município, com:

- Equipe técnica própria;
- Aquisição direta de materiais;
- Gestão integral dos serviços.

#### **Situação no mercado:**

Pouco utilizada para obras com maior complexidade técnica, devido às limitações estruturais dos municípios, tais como:

- Insuficiência de equipe técnica especializada;
- Dificuldade logística;
- Maior risco de atrasos e falhas na execução.

#### **c) Contratação por lotes ou etapas (parcelamento da obra)**

Consiste na divisão da obra em diversos contratos, como:

- Terraplanagem;
- Estrutura;
- Acabamento;
- Instalações.

Apesar de possível, essa solução:

- Aumenta significativamente a complexidade da gestão;
- Eleva o risco de incompatibilidades técnicas entre etapas;
- Pode gerar atrasos e conflitos contratuais.

### Análise comparativa das soluções

Critério	Empreitada Global	Administração Direta	Parcelamento
Facilidade de gestão	Alta	Baixa	Baixa
Prazo de execução	Menor	Maior	Maior
Risco técnico	Baixo	Alto	Alto
Controle de custos	Alto	Médio	Baixo
Responsabilização	Centralizada	Difusa	Fragmentada

### Referências de preços

Os preços estimados foram obtidos com base em:

- Tabelas oficiais como **SINAPI (Caixa Econômica Federal)** e **SEINFRA/BA**;
- Contratações similares recentes de municípios da Bahia;
- Planilhas orçamentárias elaboradas por profissional habilitado.

Os valores refletem a realidade do mercado da construção civil, considerando:

- Custos atualizados de insumos;
- Mão de obra regional;
- Encargos sociais;
- BDI compatível com o tipo de obra.

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

Após análise técnica e econômica das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa é a:

#### Contratação empreitada por global

##### Justificativa técnica

A contratação por preço global é a mais indicada, tendo em vista que:

- O objeto é **claramente definido**, com projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária completos;
- Permite a execução integrada de todas as etapas da obra;
- Reduz riscos de incompatibilidade entre serviços;
- Garante maior controle sobre prazos e qualidade;
- Centraliza a responsabilidade técnica em uma única empresa contratada.



- Possibilita maior previsibilidade dos custos;
- Evita aditivos desnecessários decorrentes de falhas de planejamento;
- Favorece a obtenção de propostas mais competitivas;
- Reduz custos indiretos de gestão e fiscalização.

#### **Justificativa operacional**

- Simplifica a gestão contratual pela Administração;
- Reduz a necessidade de múltiplos contratos;
- Facilita a fiscalização e acompanhamento da obra;
- Minimiza riscos de paralisação por falhas de coordenação.

#### **Justificativa da modalidade: Concorrência Eletrônica**

A escolha da modalidade **Concorrência Eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, justifica-se por:

- Tratar-se de obra de engenharia com valor estimado compatível com a modalidade;
- Possibilitar maior competitividade entre os licitantes;
- Assegurar transparência e ampla publicidade;
- Permitir a participação de empresas de qualquer localidade;
- Utilizar recursos tecnológicos que tornam o processo mais eficiente.

#### **Justificativa do critério de julgamento: menor preço global**

O critério de **menor preço global** é o mais adequado, pois:

- O objeto possui **alto grau de padronização**;
- Os serviços estão claramente definidos no projeto;
- Permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração;
- Evita fragmentação da execução;
- Facilita o controle da execução física e financeira.

Diante do levantamento de mercado realizado, verifica-se que a **contratação de empresa especializada em engenharia, por meio de empreitada por preço unitário, via Concorrência Eletrônica**, é a solução:

- Mais eficiente;
- Mais segura tecnicamente;
- Mais econômica;
- E mais adequada ao interesse público.

Tal modelo assegura a execução integral da obra de **Construção de 40 unidades habitacionais**, com qualidade, economicidade e dentro dos prazos previstos, atendendo plenamente às necessidades do Município de Cardeal da Silva/BA.

#### **10.3 Da complexidade técnica “OBRA ESPECIAL DE ENGENHARIA”**

O objeto desta Concorrência, a execução de **Construção de 40 unidades de casas populares, no município de Cardeal da Silva/BA**, tem a natureza de obras de engenharia e se enquadram em obras especiais de engenharia conforme alínea “b” do inciso XXI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Levando-se em conta os aspectos construtivos do Projeto de engenharia para execução de **Construção de 40 unidades de casas populares, no município de Cardeal da Silva/BA**, vislumbra-se sua caracterização como Obra Especial de Engenharia visto que:

- I. Os serviços a serem executados apresentam alto grau de complexidade técnica
- II. Não são executados corriqueiramente pela administração, normalmente via programas do Governo Federal, com alto nível de fiscalização;
- III. Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura não são frequentemente empregados;
- IV. Os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas não usuais e complexas;
- V. Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório, com nível de qualificação técnica elevada, devendo ser profissional e operacional.

10.3.1 Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por este e outros órgãos, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

10.3.2 Em sede de informação, para a pesquisa de mercado, foram realizadas consultas em: Planilha SINAPI, Composição e Cotação.

#### **10.4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO GLOBAL”**

10.4.1 Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;

10.4.2 Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

10.4.3 A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

#### **10.5 Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**



A fixação de critério de aceitabilidade de preços unitário e global é obrigação do gestor em obras de engenharia como resta evidenciado da sumula 259/2010 do TCU, verbis:

SÚMULA TCU 259: Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor. Acórdão 1380/2010-Plenário | RELATOR AUGUSTO NARDES

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União (Acórdão 1977/2013-Plenário, TC 044.312/2012-1, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013), orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras; c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra “b” supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, conseqüentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário). Deve-se observar que o regime de execução por preço unitário destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (Ver TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, Item 29). Ainda sobre o regime de empreitada apresenta-se a conceituação jurídica do termo pelo jurista Marçal Justen Filho, de modo a ratificar a tipologia indicada ao caso em estudo e o pagamento mensal:

“Tanto a empreitada por preço unitário como aquela por preço global apresentam em comum a contratação

da execução de uma obra ou serviço, incumbindo ao particular fornecer o trabalho ou o trabalho e materiais, mediante uma remuneração. A distinção entre as figuras envolve, de um modo direto, o critério para a determinação da remuneração do particular. Na empreitada por preço global, existe um preço global pela obra ou serviço. O licitante obriga-se a executar a obra ou serviço, mediante remuneração calculada como um valor determinado. Já na empreitada por preço unitário, o empreiteiro é contratado para executar o objeto, sendo o preço fixado por preço certo por unidades determinadas. Portanto, a remuneração do particular é obtida pelo somatório dos diferentes itens contemplados numa estimativa de execução.”

No momento da execução contratual, decorrente de situações ocultas, a adequação está sujeita a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos, o que pode gerar alteração nos quantitativos previstos. Verifica-se que opção pelo regime de empreitada por preço unitário se deu pela característica do objeto, considerando a baixa complexidade do serviço a ser contratado as estimativas dos itens e serviços da planilha orçamentária apresentam certa precisão em seus levantamentos. Devido a precisão de levantamentos quantitativos dos serviços que compõe os projetos e planilhas orçamentárias e em consonância com as recomendações do Acórdão nº 1.977/2013 do TCU, optou-se pela empreitada por preço unitário.

A Concorrência Eletrônica é a modalidade recomendável, por ser uma obra com uma certa complexidade em sua execução física e financeira, com possíveis mudanças de quantitativos que possam ocorrer durante a execução dos serviços, foi decidido adotar o regime de execução de empreitada por preço unitário, por termos maior flexibilidade na adequação de projeto, caso seja necessário

Eis letra da lei 14.133/2021:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

- I - empreitada por preço unitário;
- II - empreitada por preço global;
- III - empreitada integral;
- IV - contratação por tarefa;
- V - contratação integrada;
- VI - contratação semi-integrada;
- VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

O regime de execução a que se referem os incisos I do caput deste artigo poderão ser licitados por menor preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de serviços da Planilha orçamentária em comum acordo do cronograma físico-financeiro vinculadas a sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários. Considerando por fim que o regime de execução



por preço unitária, reduz bastantes os riscos e vantagens no alcance de preços mais baixos, assim como é de grade relevância para fiscalização da execução e emissão de medição dos serviços prestados.

#### **10.6 DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP**

A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadra ao objeto deste Projeto, uma vez que o valor a ser licitado supera aquele previsto no inciso I, do art. 48, da Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

#### **10.7 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

#### **10.8 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS**

A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.

#### **10.9 DA SUBCONTRATAÇÃO**

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 30% do contrato. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo, sem prévia autorização do Município.

### **11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

#### **OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem como objetivo promover o acesso à moradia digna para famílias em situação de vulnerabilidade social, mediante a construção de unidades habitacionais populares, dotadas de infraestrutura adequada, contribuindo para a redução do déficit habitacional no Município.

Os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## RESULTADOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS

- Construção de **40 unidades habitacionais completas**, conforme projetos técnicos aprovados;
- Implantação de infraestrutura básica, incluindo:
  - Rede de abastecimento de água;
  - Sistema de esgotamento sanitário;
  - Sistema de drenagem pluvial;
  - Energia elétrica;
  - Acessos e arruamento interno (quando previsto);
- Execução de unidades com padrões mínimos de habitabilidade, segurança e conforto;
- Entrega das unidades prontas para ocupação imediata.

## RESULTADOS SOCIAIS

- Redução do déficit habitacional no município;
- Atendimento direto a famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Promoção da dignidade humana por meio do acesso à moradia adequada;
- Redução de ocupações irregulares e áreas de risco;
- Melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos beneficiários;
- Fortalecimento das políticas públicas de habitação.

## RESULTADOS ECONÔMICOS

- Geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra;
- Aquecimento da economia local (comércio de materiais e serviços);
- Redução de gastos públicos futuros com ações emergenciais de assistência habitacional;
- Valorização imobiliária da área beneficiada.

## RESULTADOS URBANÍSTICOS E DE INFRAESTRUTURA

- Ordenamento urbano e ocupação planejada do solo;
- Implantação de infraestrutura básica em área definida;
- Integração das unidades habitacionais ao tecido urbano;
- Redução de assentamentos informais;
- Melhoria da paisagem urbana.

## RESULTADOS AMBIENTAIS E SANITÁRIOS

- Implantação de sistemas adequados de saneamento básico;
- Redução de riscos ambientais e sanitários;
- Destinação correta de resíduos da construção civil;
- Uso racional de recursos naturais durante a execução;
- Atendimento às normas ambientais vigentes.

## RESULTADOS DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA





Execução da obra conforme cronograma físico-financeiro;

- Otimização da aplicação dos recursos públicos;
- Redução de riscos de atrasos e paralisações;
- Centralização da responsabilidade na empresa contratada;
- Maior controle da qualidade e conformidade da obra.

## **RESULTADOS DE SEGURANÇA E QUALIDADE**

- Atendimento às normas técnicas da ABNT e de segurança do trabalho;
- Garantia de estabilidade e durabilidade das construções;
- Execução conforme padrões mínimos de habitação social;
- Redução de riscos de acidentes durante e após a obra.

## **INDICADORES DE DESEMPENHO (RESULTADOS MENSURÁVEIS)**

Para avaliação dos resultados pretendidos, poderão ser utilizados os seguintes indicadores:

- Percentual de execução das unidades habitacionais;
- Cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- Número de unidades entregues em condições de uso;
- Índice de conformidade com os projetos e especificações;
- Número de famílias beneficiadas;
- Redução do déficit habitacional local;
- Índice de satisfação dos beneficiários (quando aplicável).

A contratação pretendida proporcionará impactos positivos relevantes nas dimensões social, urbana, econômica e sanitária, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Cardeal da Silva/BA.

Os resultados demonstram que a solução atende plenamente ao interesse público, promovendo inclusão social, desenvolvimento urbano planejado e fortalecimento das políticas públicas de habitação.

## **12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

12.1 Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);
- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Projeto Básico e executivo, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;



- Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Capacitação de servidores quanto a fiscalização e gestão do contrato, para o uso racional dos serviços a serem contratados
- Entre outros. Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:
  - a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
  - b) Quanto a realização do contrato, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
  - c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
  - d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências. No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:
    - a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
    - b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
    - c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

### **13 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

13.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

### **14 IMPACTOS AMBIENTAIS:**

14.1 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

14.2 O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta; e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.





b) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

## **15 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

15.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## **16 PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:**

16.1 **Prazo de execução:** 12 (doze) meses, conforme cronograma físico financeiro.

16.2 **Prazo de vigência da contratação é de:** 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato.



## 17 RESPONSABILIDADE DA EXECUÇÃO:

Para a execução dos serviços é importante esclarecer que a contratada deverá cumprir **rigorosamente** todas as exigências já definidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, Projeto Básico, instrumento convocatório, atender os prazos definidos no Cronograma Físico – Financeiro, memorial descritivo, serviços constantes na planilha orçamentária, plantas e seguir as orientações futuras, se houverem, do corpo técnico da Contratante, apresentadas por fiscais de obras, engenheiros ou qualquer outro profissional qualificado para tal.

Cardeal da Silva – BA, 07 de abril de 2026.



Ana Carla Moreira de Oliveira  
ENG. CIVIL CREA-BA 052027449-0